



PROJECTO EUROPA

Nº 24 - Março 1994

DIRECTOR: António d'Orey Capucho

EURICO DE MELO



**CABEÇA DE LISTA DO PSD
às eleições para o
PARLAMENTO
EUROPEU**

CARLOS PIMENTA na Assembleia anual da GLOBE INTERNACIONAL

Carlos Pimenta, Vice-presidente da Globe-União Europeia, participou nos trabalhos da Assembleia Anual da Globe Internacional, que teve lugar nas instalações do Congresso dos Estados Unidos, em Washington, no início de Março. O primeiro Presidente da Globe Internacional foi o actual Vice-presidente dos Estados Unidos, Albert Gore, que, nessa qualidade, interveio também nos trabalhos da Assembleia Anual.

Os três grandes temas em debate nesta reunião foram “o Comércio e Ambiente”, os “Lixos tóxicos” e as “Instituições financeiras internacionais”.

A Assembleia Geral da GLOBE procedeu à análise dos acordos do Uruguai Round sob o ponto de vista do Ambiente. Carlos Pimenta recordou que “os acordos, cuja ronda final de negociações terá lugar em Marrakesh, a 15 de Abril, têm de ser aprovados, nomeadamente pelo Parlamento Europeu e pelo Senado Norte-Americano”. Quanto ao problema dos lixos tóxicos o Deputado social democrata lembrou que é necessário “pressionar a Administração Norte-Americana a adoptar a proibição de exportação de resíduos tóxicos e, quanto à Europa, é preciso que esta tome extensiva ao resto do mundo esta proibição que hoje se aplica apenas aos Países ACP, por forma a acabar com o turismo de resíduos”.

Relativamente ao Banco Mundial, ao Fundo Monetário Internacional e às outras instituições financeiras internacionais, Carlos Pimenta defende que “estas instituições devem ser reformadas por forma a garantir o financiamento de projectos de protecção ambiental, como é o caso das florestas tropicais, e a inserção obrigatória de estudos de impacto ambiental em todos os projectos financiados”.

boletim informativo do grupo parlamentar europeu do PSD

(editado com o patrocínio do grupo liberal, democrático e reformista do parlamento europeu)

LUTA CONTRA A DROGA: CARLOS COELHO DEFENDE QUE NÃO SE ADOPTEM POSIÇÕES DOGMÁTICAS

Carlos Coelho, afirmou que “a dimensão deste grave problema social não nos permite ter posições fechadas ou dogmáticas”, tendo defendido que, “com abertura de espírito, se avalie o que se conseguiu fazer até ao momento e se equacione outras soluções e alternativas”. Para Carlos Coelho “as mesmas razões que levam muitos a recusar tomar partido pela liberalização das drogas são utilizadas por outros em sentido contrário”, sendo que “a preocupação legítima de todos é contribuir para erradicar este problema”.

P.E. APROVA RELATÓRIO DE CARLOS PIMENTA SOBRE OS CUSTOS DO “NÃO-AMBIENTE”

“Hoje os preços não reflectem os custos para o ambiente, seja ao nível da produção, do transporte, da eliminação ou da oferta de diferentes alternativas para a satisfação das necessidades sociais”, afirmou o Deputado social-democrata Carlos Pimenta na apresentação do seu relatório sobre os custos do “não-ambiente”, integrado na discussão comum sobre o Livro Branco da Comissão sobre o “Crescimento, competitividade e emprego” e que o Parlamento Europeu aprovou por unanimidade. Para o Deputado português, o que “está hoje em causa é a discussão sobre o modelo económico e social que queremos para a União Europeia. Há dois anos, na Conferência do Rio, dissemos que o nosso modelo era o do desenvolvimento sustentável. Infelizmente dois anos passaram e nada mudou; não cumprimos, até hoje, os compromissos assumidos”. Para Carlos Pimenta “nem o velho princípio do poluidor pagador, há anos inscrito na legislação comunitária e nos Tratados, foi implementado.

O que se exige é que a Comissão cumpra com as suas promessas e lance estudos sérios sobre a forma, os instrumentos e o calendário de introdução de medidas reais que forcem os mecanismos económicos a tomarem em conta, automaticamente e sem burocracias, os custos para o ambiente das nossas opções económicas e da organização da nossa vida pública”.

Carlos Pimenta concluiu afirmando que “essa transformação não seria fácil e acarretaria certamente custos de transição que devem ser acompanhados e minimizados.

Obrigaria, conseqüentemente, a um esforço de investigação e modernização que daria uma nova competitividade à economia europeia a nível mundial, num quadro de vida mais agradável e saudável, menos agressivo e gerador de mais empregos”.

O CDS E AS ELEIÇÕES EUROPEIAS

(...) o CDS propõe-se rejeitar modelos institucionais abstractos - que não passam de rótulos sem conteúdo preciso - e para os quais não consegue apresentar modelos alternativos credíveis e exequíveis. Por exemplo, quando diz que é a favor da Europa mas não “desta” Europa, terá de explicar não só que Europa é essa que diz defender, mas principalmente com quem é que Portugal constrói essa Europa. É que não há construção europeia para Portugal sem outros Estados como parceiros.

Mas o mais extraordinário é que o CDS repudia agora publicamente princípios e objectivos que estão previstos no Tratado da União Europeia, ao mesmo tempo que afirma aceitar esse Tratado!

Por exemplo, parece pretender a regra da unanimidade para todas

as decisões no seio do Conselho da União Europeia, quando deveria saber que tal é exigido nas decisões inerentes às questões de maior “sensibilidade” (entre outras: política externa e de segurança, justiça, política de vistos, disposições eleitorais, critérios de convergência, cidadania, livre circulação de trabalhadores, recursos próprios, cultura, certos domínios da política social, do ambiente e dos transportes).

(...) para ser coerente, o CDS deve reconhecer que está simplesmente contra a construção europeia em curso e que, na impossibilidade de alterar o rumo dos acontecimentos no sentido que deseja, a alternativa que lhe fica é a de defender a saída de Portugal da Comunidade.

A questão que o dr. Manuel Monteiro ilude e à qual terá de

responder mais cedo ou mais tarde, é a de saber o que fará quando for chamado a votar pela adesão de Portugal a uma eventual “primeira divisão” europeia, resultante da decisão que livremente alguns Países possam tomar de passar à 3ª fase da U.E.M., ou seja, de adoptarem a moeda única. O que fará então o Presidente do CDS? Defenderá coerentemente que Portugal seja “atirado” de vez para a periferia da Europa, ou participa na luta para que continuemos no núcleo duro, com lugar no “Conselho de Administração”? Mas o CDS não tem manifestamente coragem para assumir aquilo que efectivamente pensa.

(Excerto de um artigo de Carlos Pimenta publicado no “Público”)

Rui Amaral,
sobre o
alargamento
da Comunidade

“Reafirmamos a vocação da União no sentido de vir a alargar-se progressivamente a todos os países democráticos e livres da Europa que se mostrem não só interessados na adesão, mas dêem garantias inequívocas de aceitação de toda a integração económica e política já adquirida e, por outro lado, estejam empenhados em prosseguir com os actuais Estados-membros o aprofundamento e o alargamento da União Europeia”.

Carlos Pimenta,
sobre a camada de ozono

“É indiscutível que o aumento do buraco do ozono tende a acentuar-se de ano para ano, e as convenções são história do passado em termos de resolução do problema. Foram apenas o início do caminho. Não podem constituir, de forma alguma, documentos limitativos de uma acção que tem que ser muito mais dura, uma vez que números recentes mostram que a situação nunca foi tão dramática como neste próprio ano em que estamos a viver”.

Manuel Porto,
sobre a política de
concorrência

“... aprez-me registar que tanto a Comissão como a relatora são muito claras no afastamento de qualquer tentação proteccionista, que poderia bem reccar-se num período de dificuldades como o actual.

Numa outra perspectiva que não pode deixar de merecer também o nosso maior aplauso, tanto a Comissão como a relatora do Parlamento são muito claras, sublinhando a necessidade de o aprofundamento do mercado interno ir de par com a política regional”.

Mendes Bota,
sobre a
Assembleia Paritária
ACP-CEE

“Os nossos esforços para dialogarmos e argumentarmos com representantes dos países ACP democraticamente eleitos e não com funcionários governamentais estão à beira de resultados muito positivos. Não vamos parar agora. Ainda pairam ameaças burocráticas de formalismo e de retórica que ameaçam paralisar a Assembleia Paritária num jogo teatral onde cada um desempenha o seu papel”.

Marques Mendes,
sobre a formação de profissões
marítimas

“Demasiado elevado tem sido o

humano, ninguém responsável se pode quedar indiferente perante uma tal situação e muito menos pode cruzar os braços e deixar que tudo continue a decorrer do mesmo modo”.

Vasco Garcia,
sobre a conservação e gestão
dos recursos da pesca

“Todos nós sabemos das inquietações que a Irlanda tem, relativamente à abertura da sua zona exclusiva. Também partilhamos dessa inquietação, pois zonas como as dos arquipélagos atlânticos das Canárias, Madeira e Açores possuem à sua volta cerca de 2 milhões de quilómetros quadrados de ZEE. Como controlar a actividade de pesca nessa imensidão, se não através de novas tecnologias?”

Carlos Coelho,
sobre a
protecção dos jovens
no trabalho

“A clara proibição da condenável exploração do trabalho infantil e a protecção que tem de ser dada aos jovens menores de 18 anos cabia justamente no âmbito das preocupações da Comunidade. A fixação da idade mínima, a

prioridade à conclusão dos estudos no âmbito da escolaridade obrigatória, a proibição do trabalho nocturno, as garantias de segurança e higiene, os limites de horas de trabalho por dia e por semana e as normas de protecção social merecem especial referência”.

discurso directo

número de acidentes marítimos, com gravíssimas consequências, quer no tocante a perda de vidas humanas, quer no tocante ao bem estar e qualidade de vida das pessoas e à própria Natureza. E ao constatar-se, como bem o salienta a Comissão, que cerca de 60% desses acidentes têm como causa determinante o erro

P.E. debate o futuro da política vitivinícola

O Deputado do PSD, Vasco Garcia, afirmou que “não podemos continuar a permitir certos excedentes, sobretudo os de má qualidade”, mas não deixou de interrogar a Comissão sobre o facto de existirem ajudas às quebras de rendimento noutros produtos, previstos na reforma da PAC, porque não fazê-lo para o sector vitivinícola?

O deputado concluiu afirmando que os “vinicultores são tão agricultores como os produtores de trigo ou os criadores de gado bovino ou leiteiro. Proteja-se a vitivinicultura, seja do Norte ou do Sul: desde que seja vinho natural e de boa qualidade”.

P.E. aprova resolução sobre Timor-Leste

O Parlamento Europeu aprovou uma resolução proposta, entre outros, pelos Deputados António Capucho e Rui Amaral, onde se apela à Comissão e ao Conselho para que reduzam os contactos oficiais entre a União e a Indonésia enquanto não forem conhecidos os resultados da investigação levada a cabo por uma missão especial das Nações Unidas a Timor-Leste.

Intervindo neste debate, o Deputado Carlos Coelho afirmou a estupefacção e grande choque “com que assistimos às imagens (...) que noticiam novas execuções a sangue frio de parte significativa dos sobreviventes da chacina de 12 de Novembro de 1991”.

P.E. contra a pirataria e a contrafacção

O Parlamento Europeu aprovou uma proposta de regulamento destinado a combater o tráfico e a exportação de mercadorias falsificadas.

Referindo-se a esta matéria, o Deputado do PSD, Manuel Porto, considerou que, “não tendo nós qualquer dúvida sobre as vantagens

gerais do comércio livre, é-nos também claro que o comércio livre não pode deixar de ser um comércio justo, sob pena de se

comprometerem interesses básicos da comunidade das nações”.

Conferência de Rui Amaral sobre política de transportes

O Deputado do PSD Rui Amaral defendeu ser “possível montar no País e num breve espaço de tempo, um esquema sofisticado de transporte de mercadorias”.

Rui Amaral falava numa conferência subordinada ao tema “Política da transportes; os transportes na economia; a economia nos transportes”, que recentemente teve lugar no Buçaco.

Para Rui Amaral, foi o relator do Parlamento Europeu sobre o transporte combinado de mercadorias, a grande alternativa às autoestradas congestionadas pelos transportes TIR.

Nesta congerência, Rui Amaral defendeu também que o Estado deveria concessionar a gestão dos portos.

breves

Em 1993 Banco Europeu de Investimentos financiou Portugal em cerca de 280 milhões de contos

Os financiamentos do Banco Europeu de Investimento a Portugal, durante 1993 ascenderam a 1500 milhões de Ecus, cerca de 280 milhões de contos.

Os empréstimos individuais à indústria e aos serviços destinaram-se à construção de três fábricas: fábrica de automóveis de Palmela, de segmentos de pistões para motores em Cantanhede e de máquinas gráficas em Matosinhos; à modernização e ampliação de uma fábrica de auto-rádios em Braga; e à construção de um complexo turístico próximo de Sintra. Cerca de 200 milhões de ecus destinaram-se à ampliação e modernização da rede telefónica do país e 280 milhões à melhoria da rede rodoviária no Continente. No que toca aos transportes marítimos, foram concedidos 7,9 milhões de ecus para um terminal no porto de Setúbal. O BEI financiou também a ampliação de uma central térmica nos Açores, a melhoria da rede de transporte e distribuição de electricidade no Continente e nos Açores e a construção de uma rede de captação e de abastecimento de água potável na região do médio Tejo e no Algarve.

PROJECTO EUROPA

rue Belliard, 97-113 1040 Bruxelles